

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

5

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-233-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.330210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ESCOLA NA PRISÃO OU A PRISÃO NA ESCOLA: CONCEITOS EDUCACIONAIS NOS CONTEXTOS PRISIONAIS

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Rita de Cássia da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109071>

CAPÍTULO 2..... 10

A LUDICIDADE NA PRODUÇÃO DE JOGOS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MANOEL GOMES

Lucimar Brito da Silva Mayer Lira

Gabriel de Miranda Soares Silva

Verônica Ramos de Assis Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109072>

CAPÍTULO 3..... 18

A OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA

Alcindo Ferreira Mendes Neto

Marla Camille Carvalho de Oliveira

Francisco Diogo Lopes Filho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109073>

CAPÍTULO 4..... 26

LETRAMENTO EM MARKETING EM AVALIAÇÕES DO 3º. CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônio Machado Bethônico

Daniella Milagres Henriques Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109074>

CAPÍTULO 5..... 46

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO POR UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Lúcia Helena Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109075>








CAPÍTULO 6..... 57








RESIDÊNCIA EDUCACIONAL: NOVA DIRETRIZ PARA OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA






Maria Lucia Morrone

Marina Ranieri Cesana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109076>

CAPÍTULO 7	69
O TRABALHO COM O TERRITÓRIO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
Valter de Almeida Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109077	
CAPÍTULO 8	82
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MINICURSO SEGURANÇA, ÉTICA E CIDADANIA NA INTERNET	
Taita Lima do Nascimento	
Claudia Ferreira de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109078	
CAPÍTULO 9	90
A EDUCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE A LIBERDADE E A AUTORIDADE: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS ADELFOFOS DE TERÊNCIO	
Marcello Peres Zanfra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109079	
CAPÍTULO 10	104
IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE (SP)	
Márcio Pereira	
Iohana Barbosa Pereira	
Frank Viana Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090710	
CAPÍTULO 11	116
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA: OFERTA PARA DISCIPLINAS PRESENCIAIS	
Luciana de Lima	
Robson Carlos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090711	
CAPÍTULO 12	128
O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO DIDÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Sérgio Alberto Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090712	
CAPÍTULO 13	143
SATISFAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALTAMIRA-PA	
Jakson José Gomes de Oliveira	
Ana Lúcia Almeida de Oliveira	
José Luis Speroni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090713	

CAPÍTULO 14.....	152
DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA	
Gualter Cres Fernandes Matheus Cres Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090714	
CAPÍTULO 15.....	163
A MONITORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL	
Amanda dos Santos Almeida Simone Braz Ferreira Gontijo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090715	
CAPÍTULO 16.....	173
A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES	
Tuca Manuel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090716	
CAPÍTULO 17.....	185
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	
Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090717	
CAPÍTULO 18.....	197
DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA POÉTICA/TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	
Wiliam Marques Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090718	
CAPÍTULO 19.....	210
UM OLHAR ETNOMATEMATICO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO MARANHÃO	
Sérgio Roberto Ferreira Nunes Márcia Cristina Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090719	
CAPÍTULO 20.....	225
“MAS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?”: ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEPTE/UFMT	
Anatália Daiane de Oliveira Ramos Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo Edson Caetano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090720	

CAPÍTULO 21.....	236
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO 4.0	
Cláudia Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090721	
CAPÍTULO 22.....	251
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: AS PINTURAS MURAIS DA ANTIGA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
Rogério Machado	
Tainá Gomes dos Santos	
Gabriella de Melo Rabelo	
Maisa da Silva Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090722	
CAPÍTULO 23.....	270
NEOLIBERALISMO: O NEOSSUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Chayene Straykyver Pastori de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090723	
CAPÍTULO 24.....	278
IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)	
Ivan da Costa Ilhéu Fontan	
Renata Guimarães de Oliveira Fontan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090724	
CAPÍTULO 25.....	291
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS	
Gabriel Soares de Azevedo Filho	
Jacy de Araújo Azevedo	
Ana Carolina de Araújo Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090725	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	302
ÍNDICE REMISSIVO.....	303

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 30/03/2021

**Maria da Conceição Barbosa Rodrigues
Mendes**

Instituto Superior de Ciências da Educação de
Benguela
Benguela - Angola
<https://orcid.org/0000-0003-4904-7056>

RESUMO: O subsistema de Ensino Superior em Angola tem sido objeto de mudanças estruturais do que resultam reconfigurações em termos organizacionais, visando conferir maior eficiência e eficácia à regulação e à gestão do subsistema. Algumas mudanças incidem na gestão do corpo docente, tendo sido aprovados os respetivos normativos: o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior/ECDES e o Regulamento de Avaliação do Desempenho do Docente do Subsistema do Ensino Superior/RADDSES. Neste contexto, indagamos quanto à configuração normativa e as possíveis articulações entre a avaliação do desempenho docente e a gestão da carreira, o que justificou o presente estudo, do tipo descritivo. Procurou-se elencar as configurações e articulações subjacentes ao novo ECDES e ao RADDSES, com o recurso à análise documental, tomando como referência duas categorias principais: a avaliação do desempenho e a gestão da carreira docente. A análise interpretativa revelou a conformação de normativos que evocam a avaliação do desempenho como elemento estratégico de

gestão da carreira, de promoção da qualidade e da credibilidade das instituições de ensino superior. Assumida numa lógica reguladora, a avaliação do desempenho tende a valorizar a multidimensionalidade e a aferição quantitativa, por via da especificação de parâmetros e de indicadores referentes ao ensino, à investigação, à extensão e à gestão institucional. A efetivação da avaliação do desempenho, para além de normativos, implica a mobilização dos atores (avaliados e avaliadores) cuja interação pode ser reforçada pela confiança e transparência. A relevância e a aplicabilidade do RADDSES emergem como um campo por descortinar, abrindo espaço a estudos futuros.

PALAVRAS - CHAVE: avaliação do desempenho; carreira docente; desenvolvimento profissional; qualidade.

PERFORMANCE ASSESSMENT AND TEACHING CAREER IN HIGHER EDUCATION IN ANGOLA

ABSTRACT: The Higher Education subsystem in Angola has undergone structural changes that have resulted in reconfigurations in organizational terms, aiming to make the subsystem's regulation and management more efficient and effective. Some changes affect the management of the teaching staff, with the approval of the respective norms: the Statute of the Teaching Career in Higher Education/ ECDES and the Regulation for the Evaluation of the Performance of Teachers of the Higher Education Subsystem/RADDSES. In this context, we asked about the normative configuration and the possible links between

the evaluation of teaching performance and career management, which justified the present study, of the descriptive type. We tried to list the configurations and articulations underlying the new ECDES and RADDSES, using documentary analysis, taking as reference two main categories, performance evaluation and teaching career management. The interpretative analysis revealed the conformation of norms that evoke the evaluation of performance as a strategic element of career management, of promoting the quality and credibility of higher education institutions. Assumed in a regulatory logic, performance evaluation tends to value multidimensionality and quantitative measurement, through the specification of parameters and indicators related to teaching, research, extension and institutional management. The performance evaluation, in addition to being normative, implies the mobilization of the actors (evaluated and evaluators) whose interaction can be reinforced by trust and transparency. The relevance and applicability of RADDSES emerge as a field to be unveiled, opening space for future studies.

KEYWORDS: performance evaluation; teaching career; professional development; quality.

1 | INTRODUÇÃO

As dinâmicas contextuais em Angola têm colocado exigências e desafios elevados às instituições, tanto públicas como privadas, com particularidade às instituições educativas. É neste âmbito que são levantados questionamentos e preocupações relativamente à efetividade da reforma educativa e à qualidade do ensino. Na esfera do Ensino Superior/ES é recorrente reconhecer o alcance de resultados, relativamente à evolução quantitativa, expressa na expansão nacional da rede de instituições de ensino superior/IES, existindo, pelo menos, uma IES, pública ou privada, em cada uma das províncias. O mesmo não se verifica se for considerada a dimensão qualitativa do desempenho das IES e da sua relevância social.

É neste quadro que o ES em Angola tem sido objeto de mudanças estruturais do que resultam reconfigurações em termos organizacionais, visando conferir maior eficiência e eficácia à regulação e à gestão do subsistema. Entre as mudanças assinaláveis destacam-se as de ordem legislativa que incluem a reorganização da rede de IES e a adoção de novos critérios e procedimentos de gestão do corpo docente. Assim é que, após duas décadas de vigência, foi atualizado o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior/ECDES (Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto) e, muito recentemente, aprovado o Regulamento de Avaliação do Desempenho do Docente do Subsistema do Ensino Superior/RADDSES (Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril), constituindo, este último, um dispositivo legal inédito no contexto educacional nacional. Esta realidade capta o interesse por perceber os fundamentos e lógicas subjacentes às mudanças legislativas e suas implicações práticas, conformando um amplo campo de observação. Procurando delimitar o objeto, este estudo centrou-se em duas questões principais: (1.^a) quais são as configurações do novo ECDES e do RADDSES? (2.^a) como é articulada, no plano normativo, a avaliação do desempenho e a gestão da carreira docente no ES?

Com base nas questões orientadoras, o estudo, do tipo exploratório-descritivo (ALMEIDA & FREIRE, 2017), sustentado na análise documental (PARDAL & LOPES, 2011), procurou elencar as configurações e as articulações subjacentes ao novo ECDES e ao RADDSES, tomando como referência duas categorias de análise: a avaliação do desempenho e a gestão da carreira docente. A abordagem qualitativa (BOGDAN & BIKLEN, 2009) mostrou-se mais adequada, dado que a pretensão foi construir um quadro interpretativo e compreensivo sobre a realidade estudada. O ECDES e o RADDSES foram os principais documentos submetidos à análise sem, no entanto, excluir normativos cujo foco reflete a conexão com o objeto em análise.

Entre os resultados, a análise interpretativa revelou a conformação de normativos que evocam a avaliação como elemento estratégico de gestão da carreira, de promoção da qualidade e da credibilidade das IES. Verificou-se também que a avaliação do desempenho, assumida numa lógica de regulação e de promoção da qualidade, tende a valorizar a multidimensionalidade do serviço docente, com base em parâmetros predominantemente quantificáveis. A multidimensionalidade é refletida na concepção do serviço docente como um amplo campo de intervenção que engloba ações inerentes à formação, à investigação científica, à prestação de serviços à comunidade e à participação em ações do âmbito da organização e gestão institucional. A aferição quantitativa ganha sentido com a especificação de parâmetros e de indicadores inerentes a todos os domínios de prestação do serviço, reforçando a multidimensionalidade.

Em termos de estrutura, o texto discorre quatro seções principais. A primeira, faz uma incursão tangencial sobre a qualificação de quadros nacionais, refletida como um desafio para contrapor a dependência, decorrente da pouca disponibilidade de quadros nacionais. A segunda, sintetiza a liberalização do ES, que articulada com a primeira seção reflete particularidades de um momento histórico. A terceira seção, discorre alguns aspetos inerentes à gestão da carreira e à avaliação de desempenho docente, procurando identificar as suas configurações e articulações normativas. A última seção resume reflexões, sob a forma de considerações finais.

21 QUALIFICAÇÃO DE QUADROS NACIONAIS: UM DESAFIO PARA CONTRAPOR A DEPENDÊNCIA

A gestão do subsistema de ES em Angola, tem merecido a atenção de alguns investigadores, sendo apontadas mudanças substanciais no modo de organização e de intervenção das IES. O plano legislativo é assinalado como uma dimensão bastante dinâmica, a julgar pelas constantes reconfigurações organizativas e de institucionalização de dispositivos legais. No entanto, o estabelecimento de normas nem sempre é suficiente para alavancar o desenvolvimento organizacional, requerendo o recurso a dispositivos mais específicos e de gestão estratégica da qualidade.

Por exemplo, a questão da inexistência de um sistema de avaliação e de garantia da

qualidade, foi assinalada como um dos elementos que constringe a gestão estratégica das IES em Angola (MENDES, 2016). Por sua vez, Silva (2016) ao refletir sobre a gestão do ES em Angola, entre vários dilemas e desafios, identifica a avaliação institucional, enfatizando a sua pertinência para a garantia do funcionamento das IES segundo padrões de qualidade.

No entanto, a gestão do ES, a busca permanente pela sua qualidade e relevância social não são questões novas, dado que desde a implantação de IES vários têm sido os problemas identificados, entre os quais a qualificação docente.

Nos anos oitenta, as linhas orientadoras da carreira docente do ES assumiram uma lógica de instrumento regulador focalizado na qualificação de docentes como “factor decisivo para o capaz desempenho da função social da Universidade”, a qual foi “chamada a uma pesada responsabilidade num País de opção socialista (preâmbulo Decreto n.º 31/80, de 10 de abril).

Nessa altura, a formação de quadros nacionais figurou entre os desafios mais elevados do setor da educação e, particularmente do ES, baseada no ideal de que “a independência completa dum país mede-se também pelo peso que os nacionais ocupam no quadro docente universitário” (Decreto n.º 31/80, de 10 de abril, § 2). Com isto, conferir à carreira universitária a dignidade, a segurança e a seriedade necessárias era premente, sendo pretensão a captação de quadros com elevadas capacidades intelectuais e investigativas.

Contudo, o ECDES, em vigor nessa época (Decreto n.º 31/80, de 10 de abril), em termos de grau académico, sinalizou algum desalinhamento face ao desafio. Tal se refletia no facto de que a escassez de quadros e a abertura para a admissão de candidatos com nível académico de graduação e equiparados constituía uma realidade. Tendencialmente, se reflete alguma fragilidade em termos de salvaguarda da legitimidade técnica e académica requeridas pela docência universitária. Significa que o ECDES, “enquanto normativo e decisão está propenso a condicionalismos da criatividade e inovação dos seus membros e também da imprevisibilidade do contexto” (MANUEL, 2014, P. 469).

Para a contratação e enquadramento na carreira docente universitária, exceto para as categorias de professor e de professor agregado, era válido o grau de licenciatura, sendo dispensável para as categorias de leitores, monitores e monitores estagiários. Para os primeiros, a reconhecida capacidade pedagógica e científica constituía o critério subsequente, ao passo que, para as duas últimas categorias, a frequência do 4.º e 3.º anos do curso de licenciatura, bem como a obtenção de treze valores de média geral e quinze valores de média em unidades curriculares da especialidade constituíam critérios alternativos.

Nesse período, foi apontada a pouco atratividade da carreira docente, bem como a necessidade premente de qualificação académica e profissional para, deste modo, atrair e reter quadros competentes que pudessem estar à altura das exigências da universidade. Este cenário, em 1983, foi reconhecido como um dos maiores problemas vivenciado pela

universidade angolana, como dá conta o seguinte fragmento:

[...] ao nível do Ensino Superior é extremamente acutilante o problema de actualização de conhecimentos e da pós-graduação, uma vez que, nos termos actuais, o professor universitário sente a cristalização dos seus conhecimentos, a sua desactualização em relação às grandes conquistas da Ciência e da Técnica e a impossibilidade de prosseguir a sua formação (MED, 1984, p. 13).

A insuficiência quantitativa e qualitativa de quadros levou o Governo de Angola a recorrer à cooperação internacional. Esta foi utilizada de forma expressiva pelo Ministério da Educação (MED), desde 1978 (MED, 1984). Este facto viria a colocar, de modo particular, a universidade numa situação de elevada dependência. A maioria das unidades curriculares era assegurada por docentes estrangeiros. Entre 1984/85 o contingente de docentes cooperantes atingiu um universo de 207 docentes em regime integral, cerca de 64% (MED, 1984, p. 13; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1987, p. 35).

A situação de dependência não deixou de representar um risco ao funcionamento das IES, o que foi marcante no período entre 1982/83, conseqüente das dificuldades de alojamento o que gerou certa incapacidade para aumentar o contingente de docentes estrangeiros nos diversos níveis de ensino.

As dinâmicas contextuais foram reveladoras de permanentes desafios para a Universidade Agostinho Neto/UAN, enquanto única universidade em Angola, cuja exclusividade viria a ser rompida nos anos 90, na seqüência do novo contexto nacional, o da liberalização do ES que envolvendo o setor privado.

3 I A LIBERALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A liberalização do ensino superior iniciou em 1992, com a criação da Universidade Católica de Angola¹, o que, em parte, permitiu ampliar a capacidade de absorção de estudantes e, por outra, representou alguma pressão para a única universidade estatal, a UAN, em termos de corpo docente. Os docentes, aliciados por fontes alternativas de rendimento, passaram a assumir vínculos de prestação de serviço adicional com IES privadas.

Num contexto em que a formação integral da população foi tida como fundamental vetor para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento humano no plano nacional para o biénio 2010-2011, a qualidade do ES figurou entre os objetivos prioritários do setor, enunciado nos seguintes termos:

[...] melhorar de forma significativa a qualidade do ensino superior através da consolidação da visão estratégica de desenvolvimento, do reforço da base jurídico-institucional e dos recursos humanos, financeiros e materiais, bem como da promoção da atividade académica e pedagógica e expansão da rede de instituições de ensino superior (Lei n.º 1/10, de 15 de janeiro).

¹ Universidade Católica de Angola - Decreto n.º 38-A/92; Diário da República - Suplemento de 07 de agosto.

A multiplicação de IES privadas foi exercendo influência no contexto de intervenção da UAN. Na generalidade, as IES privadas operam sem um corpo docente efetivo o que remetia as IES estatais a uma situação de partilha do reduzido corpo docente disponível. Essa situação prevaleceu por algum tempo. Ainda em 2011 foi assinalada como problema adicional para o ES em Angola (Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de julho). Evoca-se, neste caso, a observância de pressupostos de qualidade em educação como um dos desafios do ES em Angola. Esta questão pode ser enquadrada nas abordagens sobre o “quase-mercado educacional”, onde a educação e os conhecimentos tendem a ser uma “quase-mercadoria” para uso do indivíduo e dos grupos dos clientes ou consumidores que a podem possuir (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 100).

O cenário tende a tornar-se mais crítico, numa realidade marcada pela escassez de pessoal qualificado, o que tem criado situações propícias para a redução da qualidade, particularmente do ensino. Não são raras as vezes em que as instituições se veem obrigadas a funcionar com “verdadeiros tarefeiros, tendo que leccionar disciplinas para as quais não têm uma apetência especial” (GARCIA, 2001, p. 34) e, no mínimo preparação adequada. Os questionamentos sobre a qualidade também são válidos para as IES em Angola, já que “Aos docentes que se dispersam por actividades lectivas em mais de uma instituição, não resta tempo para se dedicarem à investigação e desenvolvimento” (Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de julho, § 1). Esta prática não corresponde ao exigido contratualmente para o vínculo de “docente efectivo em tempo integral”.

Assim, como escreve Silva (2012, p. 208), a «competição por docentes» entre IES traz consigo um fenómeno de «proletarização» dos docentes que acabam por exercer a sua atividade profissional em mais de uma instituição sem grandes preocupações com a qualidade. Prática que contribui para colocar em xeque a sua competência científica e a qualidade do ensino ministrado.

A tutela procura regular e manter o controlo através de normativos, o que é reforçado no atual ECDES. Em parte, são estabelecidas duas variantes de regime de vinculação do docente (tempo integral, com ou sem dedicação exclusiva, e tempo parcial – artigo 47º, Decreto Presidencial n.º 191, de 8 de agosto). Por outra, são balizados os parâmetros de mobilidade docente, incluindo as penalizações em caso de violação (artigos 39º e 50º, Decreto Presidencial n.º 191, de 8 de agosto).

Estes posicionamentos não são novos, sendo que, o Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro estabelecia limites contratuais, determinando o seguinte: “é vedada ao docente a colaboração em mais de uma instituição de ensino ou de outra natureza, para além da instituição onde é efectivo” (§ 3, art.º 96º).

Estas limitações não constituem particularidades exclusivas do contexto angolano, já que encaixam no quadro descrito por Neave e Van Vugh (1994) quanto à crise da educação superior nos países em desenvolvimento. Foram apontados fatores de ineficiência interna, tais como os elevados custos por formando, duração da formação além do programado. A

ineficiência externa foi sinalizada quanto à pouca absorção dos graduados pelo mercado do trabalho, e aos desequilíbrios entre a quantidade e tipo de graduações em relação ao tipo de empregos disponíveis. Do mesmo modo, a degradação da qualidade da educação superior no contexto africano tem sido notificada como resultado dos desequilíbrios entre o aumento do número de estudantes e as disponibilidades financeiras (SARUA, 2012) para suportar os custos decorrentes da funcionalidade do sistema formativo.

A partir do ano 2000, verifica-se no plano institucional, uma nova fase de desenvolvimento da única universidade pública, concretizada na sua expansão territorial. Coloca-se em evidência um processo de adaptação da UAN ao ambiente externo, dando resposta aos supremos interesses do Estado, relativamente ao ES, à formação de quadros e à reconstrução nacional. Ficou refletida a imagem de uma universidade voltada para atender desafios decorrentes do seu contexto social, induzida, deste modo, por processos *isomórficos*.

Percebe-se que, como escreve Silva (2009, p. 9), a UAN é uma “instituição dotada de história, que confirma a sua importância social desde a sua criação e ao longo dos tempos”, podendo ser reconhecida como ‘mãe das universidades’ públicas em Angola. O reconhecimento social do ES, a experiência e a maturidade alcançados, a revisão e o reforço dos instrumentos legais, normas e procedimentos que permitem elevar a eficiência de gestão e a materialização dos objetivos do setor, situam-se entre as potencialidades do ES.

As descrições e evidências anteriores confirmam que o ES em Angola, ao longo do seu percurso histórico, transcorrido em, aproximadamente, meio século, constitui um percurso marcado por realidades diversas e, em muitos casos, carregado de adversidades, as quais, embora conformados como obstáculos difíceis de transpor, não foram suficientes para travar uma aspiração tão nobre do povo e do Estado.

A gestão da carreira docente continua a ser uma questão atual no âmbito do ES em Angola, sendo associada, não raras vezes, à avaliação do desempenho, assumida numa lógica de instrumento de regulação e de reforço da qualificação profissional.

41 A GESTÃO DA CARREIRA E A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: CONFIGURAÇÕES E ARTICULAÇÕES

No plano legislativo, a gestão do pessoal que exerce a atividade docente no ES em Angola é regulada através de dois normativos fundamentais: o ECDES (Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto) e o RADDSES (Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril). Os dois dispositivos legais constituem instrutivos fundamentais que corporizam elementos substanciais sobre a gestão da carreira docente e sobre a aferição do desempenho docente no ES.

O ECDES, enquanto dispositivo legal, não constitui um elemento novo, o que pode ser confirmado pelos registos de decretos referentes aos anos 1980, 1989, 1995 e 2011, os quais são dispostos nas referências do presente texto.

O RADDSES (Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril) emerge como elemento novo no contexto nacional, configurado como instrumento de regulação da avaliação do desempenho docente.

O ECDES inclui um conjunto de disposições que explicitam o perfil, as funções, as regras de provimento e de progressão na carreira, bem como o regime de prestação de serviço. O RADDSES acolhe elementos estruturados e articulados do processo de avaliação do desempenho, entre os quais os princípios, dimensões, parâmetros, critérios e intervenientes.

Portanto, os dois normativos incluem nas suas configurações elementos estruturantes e complementares de gestão da carreira e da avaliação do desempenho docente. A relevância do ECDES é dada pela sua contextualidade, sendo que, a gestão da carreira docente no ES em Angola apresentou-se desajustada, por tempo considerável, num contexto em que foram introduzidas mudanças na configuração do subsistema de ES (em 2009). As mudanças decorreram do redimensionamento da UAN e da criação de novas Universidades (cf. Decreto n.º 5/09, de 7 de abril e Decreto n.º 7/09, de 12 de maio). No entanto, até julho de 2018, a gestão da carreira subordinou-se a critérios e parâmetros configurados para a UAN (Decreto n.º 3/95, de 24 de março).

O novo ECDES se funda, por um lado, na lógica de recontextualização da gestão da carreira e, por outro lado, na imperiosidade de se contrapor o caráter restritivo do antigo estatuto, refletido na centralidade conferida à atividade letiva em sala de aula, em detrimento das demais dimensões inerentes ao serviço docente (preâmbulo Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto).

A concretização da gestão da carreira é complementada pela avaliação do desempenho, sendo esta referenciada como um mecanismo para aferir e promover o desenvolvimento pessoal, profissional, bem como para o desenvolvimento institucional.

A avaliação do desempenho é articulada substancialmente na gestão da carreira, configurada como um dos elementos determinantes tanto para o ingresso como para o provimento. De igual modo, a avaliação do desempenho reforça a multidimensionalidade do serviço docente, definido no ECDES, sendo que as dimensões, os parâmetros e os critérios avaliativos expressam, de modo específico, as funções docentes determinadas em cada uma das categorias da carreira. Tal articulação é, igualmente, substanciada pelos procedimentos de ingresso e de progressão na carreira docente. Na sua concretização são convocados, em termos gerais, elementos de avaliação do desempenho reportados sob a forma de aferição do desempenho pedagógico e científico. O desempenho docente é substanciado nas provas públicas e de agregação, enquanto exercícios que podem permitir, por excelência, a aferição da aptidão e da competência profissional, pedagógica e científica do candidato. Resultados positivos na avaliação do desempenho, são referenciados como elemento cumulativo para o acesso e, em casos específicos, para o ingresso na carreira docente.

É expectável que a avaliação do desempenho contribua para a melhoria da qualidade do desempenho e para o incremento da reputação científica, acadêmica e social das IES. Analisados os parâmetros e respetivos critérios de aferição, inferem-se características tendentes à conformação de uma avaliação multidimensional, orientada por perspectivas quantitativas e qualitativas. Além da explicitação de indicadores contábeis, são valorizados alguns elementos que focalizam a aferição da relevância e adequabilidade.

A diversidade e a abrangência do RADDSES são encontradas na clarificação dos elementos estruturantes da avaliação do desempenho, incluindo a especificação conceitual das dimensões, parâmetros, indicadores e dos eventos associados à avaliação.

A objetividade da avaliação do desempenho é associada à especificação de parâmetros e indicadores mensuráveis e comprováveis, ao que se juntam aspetos subsumidos no rigor, na transparência do processo e na legitimidade dos seus intervenientes (avaliadores). As dimensões, parâmetros e critérios de avaliação assumem multidimensionalidade, expressa em indicadores relacionados com o ensino, a investigação, a extensão e a gestão (artigo 17º, Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril).

O novo ECDES convoca a avaliação, incluindo nos casos particulares de progressão na carreira, com um sentido classificatório, sendo exigível o mínimo de nota “Bom” na avaliação do desempenho como critério, igualmente cumulativo, para provimento às categorias de Professor Catedrático e de Associado (alínea g) dos artigos 20.º e 21.º, Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto). A classificação avaliativa é elevada para o provimento à categoria de Professor Auxiliar, expressa em “nota excelente” (n.º 4, artigo 22.º do Decreto antes referido). Para este caso, entendemos que podem interferir subjetividades e apreciações difusas, desde que não venham a ser especificados, com rigor, as dimensões a avaliar e respetivos indicadores de objetividade.

Neste quadro pode ser pertinente sublinhar que, na óptica dos docentes e gestores consultados por nós, no âmbito desta reflexão, uma questão central é levantada: a atratividade da carreira e a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional.

O aprofundamento desta questão permitiu perceber que os níveis de desmotivação, em determinado momento, foram elevados, decorrentes da estagnação na carreira ao que, na opinião dos docentes e gestores, se juntam as limitações, em termos de tempo, para a progressão. Ou seja, os casos de docentes, posicionados na categoria de Assistente Estagiário ou de Assistente, com idades superiores a 50 anos, doutores e com mais de 20 anos de carreira, a progressão ao topo da carreira é quase uma miragem.

Assim, as excecionalidades previstas no artigo 54.º (Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto) permitiram, em parte, superar a expressiva estagnação na carreira. Por outra parte, provavelmente, ficam por explorar as reais possibilidades de o novo ECDES e do RADDSES contribuírem para a revitalização da atratividade da carreira docente no ES em Angola.

A centralidade conferida à dimensão científica pode ser percebida como uma

estratégia para contrapor a atual intervenção docente focalizada no ensino, em detrimento da investigação e da extensão, enquanto funções substantivas das universidades.

De qualquer forma, são perceptíveis exigências mais elevadas para o exercício do serviço docente o que implica maior investimento na carreira, a mobilização de recursos e de motivações. A multidimensionalidade expressa na conceção de serviço docente, em contexto avaliativo, pressupõe a diversificação de evidências documentais, o que, pode ser visto como um factor promotor do desenvolvimento profissional e institucional. Isto tende a um possível aumento de investimento pessoal na carreira que, por sua vez, implicará também maior investimento institucional para a qualificação académica e profissional dos docentes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os normativos legais que regem a gestão da carreira profissional dos docentes no subsistema de ES em Angola subsidiam a avaliação do desempenho como um mecanismo substancial e relevante para a melhoria da qualidade e para a valorização da dimensão científica no exercício da docência. Nesse sentido, a gestão alinha-se ao princípio da globalidade, entendido como a extensividade da apreciação do desempenho docente às distintas funções e tarefas inerentes ao serviço docente.

A existência de regulamentação específica para a avaliação do desempenho docente procura contrapor margens cinzentas e subjetividades implícitas à avaliação. A avaliação do desempenho, assumida numa lógica de dispositivo de regulação, tende a valorizar a multidimensionalidade e a aferição quantitativa, por via da especificação de parâmetros e de indicadores inerentes à prestação do serviço docente, nos domínios do ensino, investigação, extensão e gestão institucional.

A implementação de processos avaliativos, para além de normativos, implica a mobilização dos atores organizacionais visando a transição do plano legislativo para o prático. Esta transição figura como um dos desafios que apela a assumpção da avaliação, como um processo de construção coletiva, pautada no rigor, na transparência, na imparcialidade e na relevância. Aspetos de ordem mais prática, inerentes ao RADDSES, como seja a sua aplicabilidade e relevância ficam por descortinar, o que sinaliza linhas possíveis para estudos subsequentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. & FREIRE, T. **Metodologia da investigação em psicologia e educação**. 5 ed. Braga: Psiquilibrios Edições, 2017.

ANGOLA. [Assembleia Nacional]. Lei n.º 1/10, de 15 de janeiro de 2010. Dispõe o plano nacional para o biénio 2010-2011. **Diário da República**: I Série, n.º 9, p. 77-112.

ANGOLA. [Assembleia Nacional]. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016. Dispõe as Bases Gerais do Sistema de Educação e Ensino e revoga a Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001. **Diário da República**, I Série, n.º 170, p. 3993-4013.

ANGOLA. [Assembleia Nacional]. Lei n.º 32/20, de 30 de agosto de 2020. Altera a Lei n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016. Dispõe as Bases Gerais do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República**, I Série, n.º 123, p. 4423-4453.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 3/95, de 24 de março de 1995. Dispõe o estatuto da carreira docente universitária e revoga o n.º 55/89, de 20 de setembro. **Diário da República**: I Série, n.º 12, p. 874-879.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 31/80, de 10 de abril de 1980. Dispõe o Estatuto da Carreira Docente Universitária. **Diário da República**: I Série, n.º 85, p. 291-294.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 5/09, de 7 de abril de 2009. Dispõe as regiões académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior. **Diário da República**: I Série, n.º 64, p. 1707-1709.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 7/09, de 12 de maio, de 2009. Dispõe a reorganização da rede de instituições de ensino superior públicas, a criação de novas instituições de ensino superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto. **Diário da República**: I Série, n.º 87, p. 1855-1858.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro de 2009. Dispõe as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior. **Diário da República**: I Série, n.º 237, p. 3951-3970.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto-Lei n.º 5/07, de 5 de abril de 2007. Dispõe o Estatuto Orgânico da Secretaria de Estado para o Ensino Superior. **Diário da República**: I Série - n.º 42, p. 582-589.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] o n.º 55/89, de 20 de setembro. Dispõe o estatuto da carreira docente universitária. **Diário da República**: I Série, n.º 48, p. 113-129.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Resolução n.º 4/07, de 2 de fevereiro de 2007. Dispõe as Linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do ensino superior. **Diário da República**: I Série - n.º 15, p. 206-208.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 121/20, de 27 de abril de 2020. Dispõe o regulamento de avaliação do desempenho do docente do subsistema do ensino superior. **Diário da República**: I Série, n.º 57, p. 2717-2733.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 191/11, de 8 de agosto de 2011. Dispõe o estatuto da carreira docente do ensino superior e revoga o Decreto n.º 3/95, de 24 de março. **Diário da República**: I Série, n.º 118, p. 4111-4125.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 201/11, de 20 de julho de 2011. Dispõe a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Diário da República**: I Série, n.º 137, p. 3570-3592.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior: flexibilidade e regulação ou avaliação e sentido público. In L. F. Dourado; A. M. Catani & J. F. de Oliveira (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Alternativa, 2003. p. 97-116.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Universidade Agostinho Neto: estudo global**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

GARCIA, R. P. Para um ensino superior de qualidade. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, 2001. vol. 1. N.º 1, p. 33-43.

MANUEL, T. **Cultura(s) organizacional(ais) da Universidade Pública de Angola: provimento da carreira docente**. Huambo: Centro de Investigação Sol Nascente/ISPSN, 2014.

MED - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório sobre a *Situação Actual da Educação e Ensino e Medidas de Emergência*. Luanda, 1984.

MENDES, M.C.B. Sistema de Avaliação e de Garantia da Qualidade no Ensino Superior em Angola: um dispositivo em construção. In **Revista FORGES**: Vol. 3, n. 1 (2016) – Ilhéus. FORGES. Pp. 11-36. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/10/Revista-Forges-2016.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

NEAVE, G. & VAN VUGHT, F. **Government and higher education in developing nations: a conceptual framework**. London, Elsevier, 1994. Disponível em: <http://digilib.bc.edu/reserves/ed779/altb/ed77922.pdf>. Acesso em: 06 set. 2012.

PARDAL, L. & LOPES, E. S. **Métodos e Técnicas de Investigação Social**. Porto: Areal Editores, 2011.

SARUA. **Leadership dialogue series**. Vol. 3. n.º 2. South Africa: South African Regional Universities Association, 2012.

SILVA, E. A. Autonomia e liberdade académicas na UAN: realidade ou utopia? **Revista Angolana de Sociologia**. Luanda, n.º 3, junho 2009, p. 9-29.

SILVA, E. A. **Gestão do Ensino Superior em Angola: realidades, tendências e desafios rumo à qualidade**. Luanda: Mayamba Editora, 2016.

SILVA, E. A. **Universidade Agostinho Neto: quo vadis?** Luanda: Editorial Kilombelombe, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adelfos 11, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102
Ambiente Virtual 82, 84, 86, 120, 245, 248
Avaliação do Desempenho 12, 185
Avaliações 10, 4, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 121, 126, 276

C

Carreira Docente 12, 18, 24, 104, 108, 111, 112, 113, 173, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196
Cidadania 11, 28, 29, 43, 44, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 106, 126, 162, 198, 243, 271
Cidade 48, 51, 53, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 97, 128, 129, 141, 153, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 274, 294
Conciliação 12, 152, 159, 160, 161, 162, 165
Cor 13, 251, 252, 257, 258, 262, 266, 268
COVID-19 152, 153, 158, 159, 161, 162
Cultura 2, 7, 27, 29, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 75, 78, 79, 91, 94, 120, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 173, 175, 176, 177, 184, 196, 200, 202, 210, 215, 216, 223, 232, 241, 243, 244, 275, 280, 302
Cultura Organizacional 173, 175, 176, 177
Currículo 11, 61, 70, 76, 78, 81, 127, 141, 163, 167, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 223, 245, 276
Cursos de Licenciatura 10, 19, 20, 24, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 105, 224

D

Desenvolvimento Profissional 185, 194, 288
Desigualdades Sociais 116, 118, 120, 125, 126, 249
Desnaturalização 12, 197, 203, 204, 206, 208
Docência 21, 22, 23, 24, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 105, 106, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 148, 149, 150, 163, 165, 166, 168, 170, 188, 194, 278, 279, 285, 290, 302

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 43, 44, 45, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 142, 143, 144, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 171, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302

Educação a Distância 11, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 156, 161, 250

Educação para o consumo 26

Educação Prisional 1, 2, 5

Ensino 10, 11, 12, 13, 4, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 81, 82, 83, 85, 86, 104, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 263, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Ensino-aprendizagem 10, 46, 47, 54, 55, 104, 110, 111, 113, 128, 140, 154, 166, 181, 213, 221, 289

Ensino de língua portuguesa 26, 31, 43, 56

Ensino de Sociologia 197, 202, 203, 204, 208

Ensino Superior 12, 13, 58, 62, 63, 64, 114, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 218, 219, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Escola 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 40, 41, 42, 43, 45, 55, 59, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 127, 128, 129, 131, 134, 148, 182, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 215, 217, 222, 226, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 269, 274, 289

Escola em Tempo Integral 10

Estágio Supervisionado 10, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 165, 167, 168

Estatuto da Carreira Docente 173, 178, 180, 183, 185, 186, 195

Estranhamento 12, 74, 197, 203, 204, 206, 208

Etnomatemática 210, 216, 219, 221, 222, 223

Expansão 13, 28, 50, 156, 162, 186, 189, 191, 195, 200, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 291, 292, 297, 299, 300

F

Filosofia da Diferença 116, 120, 122

Formação de professores 12, 56, 58, 59, 65, 67, 104, 109, 113, 119, 127, 143, 149, 150, 163, 164, 168, 171, 210, 214, 236, 240, 247, 270, 289, 302

Formação Docente 12, 17, 18, 21, 41, 57, 59, 63, 64, 65, 104, 110, 111, 113, 144, 149, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 211, 213, 240, 241, 249

Formação dos Profissionais da Educação 13, 270

G

Geografia 16, 17, 32, 72, 81, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 154, 156, 162, 223

H

História em quadrinhos 11, 128, 130, 132, 141

I

Identidade Profissional 104, 114

IFSP 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Importância 10, 11, 13, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 41, 55, 59, 60, 70, 79, 83, 86, 87, 88, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 125, 128, 130, 131, 139, 144, 170, 191, 202, 206, 228, 241, 243, 245, 247, 249, 275, 278, 281, 283, 289, 295

Imprevisibilidade 90, 100, 101, 188

Inovação. Metodologia 116

Instituições Privadas 13, 161, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 297, 299

Investigação 1, 2, 31, 34, 52, 138, 167, 173, 175, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 194, 196, 233, 245, 251, 252

J

Jogos Didáticos 10, 11, 13, 15, 16

L

Letramento em Marketing 10, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44

Léxico 10, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56

Licenciatura Intercultural 210, 211, 213, 214, 215, 223, 224

Linguagens 30, 31, 39, 40, 61, 128, 129, 131, 207

M

Metodologia Ativa 10

Monitoria 12, 65, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

N

Neoliberalismo 13, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Neossujeito 13, 270, 271, 272, 273

O

Observação 10, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 65, 77, 138, 140, 173, 178, 186, 204, 215, 219, 251, 263

P

Patrimônio 252, 256, 263, 268, 300

Percepção 11, 19, 22, 29, 72, 86, 130, 143, 146, 148, 149, 163, 165, 177, 241, 248

PIBID 11, 66, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 168, 302

Prisão 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PROUNI 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300

Q

Qualidade 12, 21, 24, 25, 58, 59, 60, 110, 111, 113, 117, 119, 134, 149, 150, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 245, 247, 275, 276, 279, 289, 297

R

Recepção Contemporânea 90

Redes Sociais 29, 30, 82, 85, 87, 88, 118

Regulamentação 12, 28, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 194, 198, 214, 296

Representação Social 143, 145, 146, 148, 150

Residência Educacional 10, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68

Responsabilidade 5, 29, 42, 82, 86, 87, 93, 96, 98, 121, 170, 171, 188, 197, 243, 247, 280, 300

S

Saberes 16, 43, 55, 57, 65, 94, 116, 117, 119, 123, 125, 126, 127, 150, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 250, 258

T

Teatro/Poética do Oprimido 197, 200, 204


Terêncio 11, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 101, 102

Território 11, 53, 55, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 84, 213, 218, 219, 228, 229, 234, 293, 297


Tomada de Decisões 173, 176, 181

U

Uso Seguro 82, 85, 88

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5